



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 13/2015

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM TRÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----

-----Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 20/05/2015, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----O Senhor Presidente deu ainda conhecimento que no uso da sua competência própria



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

adjudicou:-----

-----Aquisição de Medalhas de Mérito e de Bons Serviços, por Ajuste Direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20º do CCP, a Dalila Zita Pereira Neves, pelo valor global de oito mil euros (8.000,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----Prestação de Serviços-Organização da ExpoMortágua 2015, por Ajuste Direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20º do CCP, a Malpevent, pelo valor global de vinte e nove mil euros (29.000,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----Proposta de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), por Ajuste Direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20º do CCP, Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda, pelo valor global de quatro mil e novecentos euros (4.900,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----Fornecimento e Montagem da Instalação Elétrica da ExpoMortágua 2015, por Ajuste Direto Simplificado nos termos do n.º 1 do art.º 128º do CCP, a Electrificadora de Mortágua, pelo valor global de quatro mil euros (4.000,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----O Senhor Presidente deu ainda conhecimento que de 11 a 14 de junho se irá realizar o XIII Congresso Insular das Misericórdias dos Açores e da Madeira, a ter lugar no Funchal, tendo sido convidado na qualidade de Presidente da Câmara para moderar um painel de debate “As Misericórdias e o Poder Local”, tendo aceite o convite, encontrando-se por isso ausente nos dias 10 e 11 de junho. Mais informou que esta deslocação não acarretará quaisquer custos para o Município.-----

-----Deu ainda conhecimento da publicação no Diário da República de:-----

----- Lei n.º. 40/2015, de 1 de junho – Estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, coordenação de projectos, direcção de obra pública ou particular, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de junho.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria n.º 102 referente ao dia 02/06/2015 que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE :-----

4.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – Faturação de Iluminação Pública (IP):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício ref.ª 511/2015/PB, datado de 15/05/2015, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em resposta ao ofício ref.ª 936, de 15/04/2015 deste Município, informando da acção desenvolvida por aquela associação junto dos Órgãos de Soberania, relativamente às questões colocadas de abaixamento do IVA para 6% na iluminação pública, inclusão daquele imposto no proveito da concessão à mesma taxa da IP, ou a introdução de uma nova fórmula de cálculo para as rendas de concessão onde entre um fator de ponderação que permita minimizar o impacto do IVA na Iluminação Pública e alteração da legislação de forma que comercializadores de energia tenham de apresentar um tarifário próprio para Iluminação Pública.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – Documentos de Prestação de Contas 2014:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício circular ref.ª 46/2015/AR, sem data, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, informando que se encontram disponíveis na área reservada aos associados o Relatório e Contas da ANMP de 2014 e os dados relativos ao contributo da ANMP para efeitos do apuramento da dívida municipal de 2014 e 1º trimestre de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2015.-----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício circular ref.ª 47/2015/LR, datado de 12/05/2015, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, remetendo uma minuta de requerimento para pedido de certidão de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de actividade pecuária, considerando que esta matéria, nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, depende de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.4.-ECOBEIRÃO – Sociedade de Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão, EIM, S.A. – Documentos de Prestação de Contas 2014:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente correio electrónico, datado de 15/05/2015, da ECOBEIRÃO – Sociedade de Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão, EIM, S.A., remetendo o Relatório e Contas daquela empresa intermunicipal relativos ao exercício de 2014.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-PROJETO DE REGULAMENTO “CARTÃO MORTÁGUA JOVEM”:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----A Câmara Municipal aprovou na reunião realizada em 18/02/2015 submeter a discussão pública nos termos do Código do Procedimento Administrativo, o Projeto de Regulamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Municipal “Cartão Mortágua Jovem” que visa conceder aos jovens (até 35 anos) benefícios e descontos na utilização e compra de bens, produtos e serviços públicos e privados existentes no Município (por entidades aderentes), permitir o acesso privilegiado a eventos culturais e desportivos.-----

-----No âmbito da consulta pública, o aviso de abertura do período de apreciação pública foi publicado no Diário da República 2ª. Série, nº. 72, de 14 de abril, como Aviso nº.3963/2015, sendo que a publicitação deste período foi efetuada igualmente no Jornal Defesa da Beira de 17/04/2015, no sítio da internet do Município de Mortágua, para além de afixação de editais nos lugares de estilo.-----

-----Os documentos constituintes do Projeto de Regulamento Municipal “Cartão Mortágua Jovem” estiveram durante o período de inquérito público, de 15 de abril a 28 de maio (30 dias úteis após a sua publicação no Diário da República, conforme dispões o CPA), à disposição do público em geral nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Durante o período de discussão pública não foram apresentadas quaisquer reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos, podendo assim dar-se seguimento ao processo conforme o disposto nas alíneas b) e g) do nº.1 do artº. 25º. da Lei nº. 75/2014.-----

-----Assim, temos a honra de propor à Câmara Municipal de Mortágua que delibere aprovar o Projeto de Regulamento Municipal “Cartão Mortágua Jovem”, em anexo que foi elaborado de acordo com o n.º 8 do artigo 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea k), do nº.1, do artigo 33.º, da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos de ulterior aprovação pela assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.-----

-----A Câmara depois de apreciado o Projeto de Regulamento deliberou por unanimidade aprová-lo e submetê-lo de acordo com o artigo 33º, nº 1, alínea k), da Lei n.º 75/2013, de 12



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de setembro, à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea g), do nº. 1, do artigo 25º. do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1.-Almoço Volante Fórum Florestal:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----No âmbito da realização Fórum Florestal de Mortágua 2015, a exemplo do sucedido na edição do ano anterior, foi oferecido um almoço volante, como forma de reconhecimento aos participantes, sendo estes na sua maioria produtores e/ou empresários florestais, que tanto contribuem para a economia e dinâmica florestal do Concelho.-----

-----Atendendo a que o almoço volante, num total de 150 refeições, foi disponibilizado pela Associação de Caça e Pesca de Mortágua, Banda Filarmónica de Mortágua, Rancho Folclórico “Os Unidos” de Mortágua, Rancho Folclórico “Os Camponeses” do Freixo, Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores, presentes na ExpoMortágua 2015.-----

-----Proponho que seja atribuído um subsídio, abaixo discriminado, a cada uma daquelas associações como forma de minimizar os custos de preparação das mesmas, e num total global de setecentos e cinquenta e dois euros (752,00€), que corresponde a um valor de seis euros (6,00€), e a por refeição:-----

-----Associação de Caça e Pesca de Mortágua- cento e vinte e seis euros (126,00 €);-----

-----Banda Filarmónica de Mortágua – cento e trinta e dois euros (132,00 €);-----

-----Rancho Folclórico “Os Unidos” de Mortágua – cento e oito euros (108,00 €).-----

-----Rancho Folclórico “Os Camponeses” do Freixo – cento e oitenta euros (180,00 €);-----

-----Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores – duzentos e seis euros (206,00 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de duzentos e sessenta e três mil novecentos e noventa e cinco euros e vinte e um cêntimos (263.995,21 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo trinte e sete mil trezentos e cinquenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos (37.357,88€) de devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso Considerando que se trata de um apoio de natureza pontual no termos do n.º 2 do art.º 5º estão reunidas condições para a atribuição dos presentes subsídios nos termos do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, não sendo necessária a celebração de Protocolo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente-----

6.1.2.-8ª. Maratona de BTT de Mortágua do Velo Clube do Centro:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta do Velo Clube do Centro datada de 28 de abril de 2015, informando que, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara de 15/04/2015, e de acordo com protocolo celebrado em 16/04/2015 com o Velo Clube do Centro, foram seiscentos e sessenta e sete (667) os participantes efectivos na Maratona BTT de Mortágua, que ocorreu no pretérito dia 19 de Abril.-----

-----Nos termos da deliberação aprovada na reunião de Câmara de 15/04/2015 que atribuiu para apoio às despesas inerentes à organização da aludida Maratona um subsídio fixo de seis mil euros (6.000,00€), acrescido de dez euros (10,00 €) por participante acima dos quatrocentos (400), pelo que o Senhor Presidente informou que o valor global do subsídio é no montante de oito mil seiscentos e setenta euros (8.670,00€), tendo sido transferidos para



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aquela associação na sequência do seu despacho n.º 6/2015 os restantes dois mil seiscentos e setenta euros (2.670,00€).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

6.1.3.-Regulamento Municipal de Apoio a Entidades Terceiras:-----

6.1.3.1-Escola de Ténis do Sporting Clube de Vale de Acores – Apoio Atividade Regular:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a atividades, remetidos pelo Escola de Ténis do Sporting Clube de Vale de Acores, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio de apoio às suas atividades regulares de três mil e quinhentos euros (3.500,00€) no corrente ano, a transferir em três tranches nos meses de junho, agosto e novembro.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

lucrativos, com um saldo de duzentos e sessenta e três mil novecentos e noventa e cinco euros e vinte e um cêntimos (263.995,21 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo trinta e sete mil trezentos e cinquenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos (37.357,88 €) de devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.3.2-Classe do Karaté Shukokay do Mortágua Futebol Clube – Apoio Atividade Regular:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a atividades, remetidos pela Classe do Karaté Shukokay do Mortágua Futebol Clube, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio de apoio às suas atividades regulares de três mil e quinhentos euros (3.500,00€) no corrente ano, a transferir em três tranches nos meses de junho, agosto e novembro.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de duzentos e sessenta e três mil novecentos e noventa e cinco euros e vinte e um centimos (263.995,21 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo trinta e sete mil trezentos e cinquenta e sete euros e oitenta e oito centimos (37.357,88€) de devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.3.3.-Banda Filarmónica – Apoio Atividade Regular:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a atividades, remetidos pela Banda Filarmónica, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio de apoio às suas atividades regulares de oito mil euros (8.000,00€) durante o corrente ano, a transferir em três tranches nos meses de junho, agosto e novembro. Acrescido de um subsídio para a realização do Encontro de Bandas no montante de quinhentos euros (500,00 €), a transferir após a realização do evento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de duzentos e sessenta e três mil novecentos e noventa e cinco euros e vinte e um cêntimos (263.995,21 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo trinta e sete mil trezentos e cinquenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos (37.357,88 €) de devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.3.4.-Coral Juvenil Sílvia Marques – Apoio Atividade Regular:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a atividades, remetidos pelo Coral Juvenil Sílvia Marques, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio de apoio às suas atividades regulares de quatro mil euros (4.000,00 €) durante o corrente ano, a transferir em três tranches nos meses de junho, agosto e novembro. Acrescido de um subsídio para a realização do Encontro de Coros no montante de quinhentos euros (500,00 €), a transferir após a realização do evento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de duzentos e sessenta e três mil e noventa e cinco euros e vinte e um cêntimos (263.995,21 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo trinta e sete mil trezentos e cinquenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos (37.357,88€) de devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.3.5.-Orfeão Polifónico de Mortágua – Apoio Atividade Regular:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a atividades, remetidos pelo Orfeão Polifónico de Mortágua, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio de apoio às suas atividades regulares de quatro mil euros (4.000,00€) durante o corrente ano, a transferir em três tranches nos meses de junho, agosto e novembro. Acrescido de um subsídio para a realização de dois Encontro de Coros e um Festival da Canção Jovem no montante de mil e quinhentos euros (1.500,00 €), a transferir após a realização dos eventos.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de duzentos e sessenta e três mil novecentos e noventa e cinco euros e vinte e um cêntimos (263.995,21 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo trinta e sete mil trezentos e cinquenta e sete euros e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

oitenta e oito cêntimos (37.357,88€) de devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

7.-ACÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-Projeto Regulamento “Município Presente”:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que: -----

-----A Câmara Municipal aprovou na reunião realizada em 18/02/2015 submeter a discussão pública nos termos do Código do Procedimento Administrativo, o Projeto de Regulamento Municipal “Município Presente” que define e estabelece as medidas de apoio a estratos sociais desfavorecidos do município.-----

-----No âmbito da consulta pública, o aviso de abertura do período de apreciação pública foi publicado no Diário da República 2ª. Série, nº. 165 de 2 de abril, com o Aviso nº.3587/2015, sendo que a publicitação deste período foi efetuada igualmente no Jornal Defesa da Beira de 17/04/2015, no sítio da internet do Município de Mortágua, para além de afixação de editais nos lugares de estilo.-----

-----Os documentos constituintes do Projeto de Regulamento Municipal “Município Presente” estiveram durante o período de inquérito público, de 6 de abril a 19 de maio (30 dias úteis após a sua publicação no Diário da República, conforme dispõe o CPA), à disposição do público em geral nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Durante o período de discussão pública não foram apresentadas quaisquer reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos, conforme Relatório de Ponderação constante no respetivo processo.-----

-----Assim, temos a honra de propor à Câmara Municipal de Mortágua que delibere aprovar o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Projeto de Regulamento Municipal Município Presente, em anexo, que foi elaborado nos termos do n.º 8, do artigo 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa e das alínea k) e v) do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos de ulterior aprovação pela assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.-----

-----A Câmara depois de apreciado o Projeto de Regulamento deliberou por unanimidade aprová-lo com as alterações introduzidas na presente reunião e submetê-lo de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea k), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea g), do n.º 1, do artigo 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

8.-SAÚDE:-----

8.1.-CENTRO DE SAÚDE DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício ref.ª 1015/DE, datado de 15/05/2015, da ARSC – Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., considerando que estão reunidas as condições para modificar o horário da UCSP Juiz de Fora, comunicando que a partir do mês de junho de 2015 o Centro de Saúde de Mortágua irá praticar o horário das oito horas às vinte horas, estando por isso encerrado das vinte horas às vinte e duas horas.-----

-----Depois de apreciado o assunto, a câmara deliberou por unanimidade manifestar o seu profundo desagrado e repúdio pelo teor da proposta recebida na passada Sexta-Feira pelas 20.00 horas e que afinal é já uma realidade desde o dia 2 de junho corrente, considerando ainda que não existe atualmente uma resposta adequada para as necessidades dos utentes do Centro de Saúde de Mortágua.-----

-----Foram apresentadas duas declarações de voto, uma subscrita pelos Vereadores do PS e a outra pelos Vereadores do PPD/PSD que se dão aqui por integralmente reproduzidas e que ficam apenas à presente ata.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O Senhor Vereador Dr. Acácio Fonseca Fernandes solicitou que ficasse registado em ata que subscreve a posição do PS e da deliberação de Câmara.-----

9.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

9.1.-URBANIZAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO/ARRANJO URBANÍSTICO DE ARRUAMENTOS, LARGOS E PRAÇAS:-----

9.1.1.-Reposição e Beneficiação de Pavimentos de Arruamentos nas povoações de Vale de Mouro, Vale de Borregão e Galhardo Intervencionados pela Rede de Drenagem de Águas Residuais:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório Final elaborado pelo júri do procedimento de concurso publico para adjudicação da empreitada de Reposição e Beneficiação de Pavimentos de Arruamentos nas povoações de Vale de Mouro, Vale de Borregão e Galhardo Intervencionados pela Rede de Drenagem de Águas Residuais que se da aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no respectivo processo de contratação publica, que foi desenvolvido nos termos do Código da Contratação Pública através da plataforma electrónica sob o nº. 06/2015, e no qual por unanimidade deliberou manter o teor e as conclusões do relatório preliminar e a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação assim discriminada:-----

-----1º. Sociasfaltos – Asfaltagem de Vias de Comunicação, Lda – cento e noventa e nove mil e cinquenta e oito euros e três cêntimos (199.058,03€);-----

-----2º. Socitop, Unipessoal, Lda – duzentos e quatro mil setecentos e cinquenta e dois euros e cinco cêntimos (204.752,05€);-----

-----3º. Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, Lda – duzentos e vinte e seis mil quatrocentos e nove euros e treze cêntimos (226.409,13 €).-----

-----Encontrando-se assim o processo em condições de ser proferida decisão final, propondo assim o júri a adjudicação do procedimento mencionado em epigrafe à proposta apresentada



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pela empresa Sociasfaltos – Asfaltagem de Vias de Comunicação, Lda pelo valor de cento e noventa e nove mil, cinquenta e oito euros e três cêntimos (199.058,03€), acrescido de IVA à taxa de 6%, e remetendo assim, nos termos do nº4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, para o Órgão Executivo o Relatório Final, juntamente com os demais documentos do processo, para a decisão de contratação, para aprovação das propostas contidas no relatório, nomeadamente para efeitos de adjudicação.-----

-----Nos termos do número 1, do artigo 94.º, do Código dos Contratos Públicos, o presente procedimento encontra-se sujeito a redação de contrato a escrito.-----

-----O presente procedimento não se encontra sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas.---

-----O prazo de execução da obra é de 90 dias, prevendo-se que o contrato seja celebrado no mês de julho de 2015.-----

-----A respectiva despesa foi objecto de cabimento no valor de duzentos e cinquenta e sete mil duzentos e quarenta e dois euros e noventa e sete cêntimos (257.242,97€) em 18/03/2015, sob o n.º 10716, na rubrica 02 07010401 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere:-----

-----1 - Aprovar o Relatório Final apresentado pelo júri e adjudicar a empreitada de Reposição e Beneficiação de Pavimentos de Arruamentos nas povoações de Vale de Mouro, Vale de Borregão e Galhardo Intervencionados pela Rede de Drenagem de Águas Residuais a firma Sociasfaltos – Asfaltagem de Vias de Comunicação, Lda pelo valor de cento e noventa e nove mil, cinquenta e oito euros e três cêntimos (199.058,03€), acrescido de IVA à taxa de 6%.-----

-----2 - Aprovar a minuta de contrato.-----

-----A Câmara, depois de apreciado do assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Relatório Final apresentado pelo júri e adjudicar a empreitada de execução Reposição e Beneficiação de Pavimentos de Arruamentos nas povoações de Vale de Mouro, Vale de Borregão e Galhardo Intervencionados pela Rede de Drenagem de Águas Residuais a firma



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Sociasfaltos – Asfaltagem de Vias de Comunicação, Lda pelo valor de cento e noventa e nove mil, cinquenta e oito euros e três cêntimos (199.058,03€), acrescido de IVA à taxa de 6%, e aprovar a minuta de contrato.-----

10.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

10.1-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

10.1.1.-Proteção e Valorização da Mancha Florestal:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício ref.ª 25794/2015/DCNF-C, do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, datado de 04/05/2015, informando que por despacho exarado em 29/04/2015 pelo Vice-presidente do ICNF foi aprovado o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.-ADMINISTRAÇÃO:-----

11.1-CENTRO EDUCATIVO DE MORTÁGUA – Proc.º N.º 331/13. OBEVIS e Proc.º 571/13. OBEVIS – Lena Engenharia e Construções, SA / Município de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma comunicação dos serviços jurídicos de 1 de junho 2015, que se encontra a analisar os dois processos judiciais supracitados tendo em vista a resolução extrajudicial dos processos judiciais pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu com a CONSTRUTORA ABRANTINA/GRUPO LENA mediante um encontro de contas e de créditos e débitos recíprocos que contemple, por um lado o reconhecimento do valor a receber em sede de revisão de preços negativa e, por outro lado, reconheça o crédito da CONSTRUTORA ABRANTINA sobre o Município de Mortágua na medida do estritamente necessário à reposição do equilíbrio financeiro, obstando ao enriquecimento sem causa.-----

-----Mais informou que de acordo com a comunicação do Dr. Andrade Miranda ainda não foi alcançada uma concreta solução, no entanto continua a mesma a ser estudada com vista a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

definir os termos e condições que hão-de dar conteúdo e forma ao acordo entre as partes. -----

-----Deliberou por unanimidade mandar o seu Presidente para solicitar aos serviços jurídicos do Município que em conjunto com os serviços jurídicos da CONSTRUTORA ABRANTINA produzam a necessária documentação devida e legalmente enquadrada, de maneira a que possa em conjunto ser submetida à apreciação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu.-----

-----Mais foi deliberado por unanimidade que da presente deliberação seja dado conhecimento ao advogado do Município para que em conjunto com os advogados da CONSTRUTORA ABRANTINA/GRUPO LENA solicitem a suspensão do processo cujo julgamento se encontra marcado para a próxima 5ª feira, dia 4 de junho.-----

12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1.-Procº. Nº.06/2015/01 - DESTAQUE DE PARCELA – Av. do Reguengo, n.º 63 – Cruz de Vila Nova – Sobral:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2015/01 em que é requerente Maria do Céu Martins da Silva Amaral, residente na Rua das Regueiras, nº. 11, Gândara, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, e através do qual vem requerer ao abrigo do artº. 6º. do Decreto – Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei nº. 136/2014, de 09 de setembro, a emissão de certidão de destaque de parcela de terreno sito na Av. do Reguengo, n.º 63, na localidade de Cruz de Vila Nova, Freguesia do Sobral, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo 1045 e registado na Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o n.º 5316.-----

-----O terreno tem a área de 4.600m2, confronta de norte com Manuel Ferreira Lopes, de nascente com Av. do Reguengo, de sul António Ferreira de Gouveia, de Travessa da Carvalheira.-----

-----A parcela a destacar com a área de 1.800,00 m2 confrontando de norte com Manuel Ferreira Lopes, de nascente com Av. do Reguengo, de sul António Ferreira de Gouveia e de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

poente com Aires Brás Martins (parcela restante).-----

-----Parcela Restante com a área de 7.000,00 m2, confrontando de norte com Adelino Alberto dos Santos, nascente com João Fernandes de Almeida, de sul António Ferreira de Gouveia, de poente Maria do Céu Martins da Silva Amaral (Parcela restante).-----

-----Depois de apreciado o processo e respetivo parecer técnico favorável do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, a Câmara deliberou por unanimidade emitir a certidão devendo proceder ao pagamento da importância de sessenta e três euros e noventa e cinco cêntimos (63,95€).-----

12.2.-Proc°. N°.04/2015/12 – PEDIDO DE CERTIDÃO – Rua da Cancela - Felgueira – Sobral:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 04/2015/12 em que é requerente Maria Cristina Gomes, residente na Rua Principal, nº. 9, Pego Longo, Freguesia do Sobral, e através do qual vem requerer a emissão de certidão que ateste que a totalidade da área do art.º urbano n.º 219 sito na Rua da Cancela, na localidade da Felgueira, Freguesia do Sobral, com área total de 200,00m2, confrontando de norte com caminho, de sul com caminho, de nascente com caminho e de poente com herdeiro de Manuel Lobo, foi totalmente integrado em espaço do domínio público denominado Rua da Cancela/Rua da Fonte na localidade da Felgueira.-----

-----Depois de apreciado o processo, parecer da Junta de Freguesia do Sobral e respetivo parecer técnico favorável do Chefe de Divisão de Administração do Território, a Câmara deliberou por unanimidade emitir a certidão.-----

12.3.-Proc°. N°.01/1999/279 – RETIFICAÇÃO ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 23/2002 – Santa Casa da Misericórdia de Mortágua:-----

-----Pelo Sr. Presidente foi presente requerimento apresentado pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, solicitando a retificação do Alvará de Utilização n.º 23/2002.-----

-----O referido requerimento foi objeto de análise e informação por parte do assessor jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da Câmara que emanou a seguinte informação:-----

-----“Assunto: Requerimento apresentado por Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, solicitando a retificação do Alvará de Utilização n.º 23/2002.-----

-----Informação:-----

-----Em 22/3/2002 foi autorizada a utilização de um prédio situado na Rua Dr. António José Branquinho da Fonseca, em Mortágua, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Mortágua, para lar de idosos e centro de apoio a dependentes, tendo sido emitido o alvará de utilização n.º 23/2002.-----

-----No mencionado alvará consta que esse prédio urbano, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Mortágua sob o artigo 1573, estaria descrito na conservatória do registo predial de Mortágua, sob o n.º 2044/270398, resultando ainda do citado alvará, que o prédio descrito sob o n.º 2044/19980327 também diria respeito aos prédios inscritos na matriz predial urbana sob os artigos 1222 e 2068 e na matriz rustica sob o artigo 3962.-----

-----Como se constata da caderneta predial anexa, o artigo 1573 da extinta freguesia de Mortágua, deu origem ao artigo 2231 da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Da simples análise da certidão da conservatória do registo predial de Mortágua, constata-se que o n.º 2044/19980327 diz respeito ao artigo matricial urbana 2068 composto por um edifício hospitalar de rés do chão e 1º andar, casa mortuária de rés do chão, garagem, forno e lavandaria, e não ao artigo 1573 da extinta freguesia de Mortágua (atualmente artigo 2231 da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça) composto por um edifício destinado a lar de idosos e a lar da 3ª. idade, com rés do chão com 30 divisões e 10 andar com 20.-----

-----Resulta de uma simples observação da certidão anexa ao requerimento apresentado que o prédio inscrito na matriz sob o artigo 1573 da freguesia de Mortágua, (ou o atual artigo 2231



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da União de Freguesias) não se encontra inscrito na conservatória do registo predial de Mortágua sob o n.º 2044/270398, pelo que existe manifesto lapso na identificação do prédio, no alvará em causa.-----

-----Na realidade, este deveria indicar que o prédio não se encontra descrito na conservatória do registo predial.-----

-----Ora nos termos do artigo 174.º n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo, os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, oficiosamente ou a pedido dos interessados, produzindo efeitos retroativos e devendo revestir a forma e a publicidade usadas para a prática do ato retificado.-----

-----Assim sendo, devera ser retificado o erro material contido no alvará referido, observando-se os condicionalismos previstos na norma citada.”-----

-----Depois de apreciado o processo, e respetivo parecer do assessor jurídico, a Câmara deliberou por unanimidade proceder à retificação do erro material contido no alvará de utilização N.º 23/2002, sendo devidas as taxas previstas no n.º 20 do art.º 1.º da Tabela do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais .-----

12.4.-PRÉDIOS EM RUÍNAS:-----

12.4.1.- Proc.º N.º 08/2015/02, sito na Rua Principal, em Vale de Carneiro:-----

-----O Senhor Presidente informou que, no seguimento da notificação feita, nos termos e para efeitos do art.º 101.º do CPA, a Vital Ferreira Marques, residente na Praceta Quinta das Recolhidas, 7-7.º C, Vila Verde, 3090-653 Figueira da Foz sobre o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 4/03/2015, relativo ao mau estado de conservação do seu edifício situado na Rua Principal em Vale de Carneiro, veio esta através de carta datada de 19/03/2015, expor e informar o seguinte:-----

-----“O imóvel em causa apenas adveio à propriedade do ora exponente há relativamente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pouco tempo, por herança de seus falecidos pais.-----

-----Sendo intenção do ora exponente proceder à sua recuperação, porquanto o ora exponente é o primeiro a reconhecer que aquele imóvel não se encontra em bom estado.-----

-----Não aceitando, todavia, que o mesmo, até pela sua estrutura e apesar do estado em que se encontra, constitua perigo iminente para a sua segurança pública e de pessoas que perto dele eventualmente circulem.-----

-----O que o ora exponente, leigo na matéria, teve o cuidado de confirmar junto de técnicos da sua confiança.-----

-----O imóvel em causa tem para o ora exponente e seus familiares elevado valor sentimental, apenas não tendo ainda sido objeto de recuperação, por um lado por dificuldades de tempo uma vez que ora exponente reside habitualmente na Figueira da Foz, e por outro, por algumas limitações de ordem financeira.-----

-----A recuperação que se pretende realizar valorizará, de modo inequívoco, o imóvel em causa, assim permitindo ao ora exponente posteriormente avaliar a possibilidade de proceder à hipotética alienação.-----

-----Não se justificando assim, a demolição do imóvel em apreço.-----

-----Para o efeito necessita o ora exponente que essa prestimosa edilidade lhe conceda período de tempo razoável para proceder àquelas obras de recuperação, o que ora se requer a V. Ex^a.”-

-----A Câmara em reunião de 01/04/2015 deliberou na sequência do exposto, solicitar aos serviços técnicos do Município que a informassem dos concretos elementos da edificação que constituem o indicado perigo, de forma a que seja fixado prazo ao proprietário para os remover, salvaguardando assim, o restante edificado que em tempo recuperará.-----

-----Nesse sentido a informação do Chefe da DPAT conclui que:-----

-----“Alerta-se para o facto de que quanto mais tempo se passar sem que o edifício seja intervencionado, mais aumenta o perigo para a segurança pública e de pessoas e bens pelo que,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deixa-se ao critério da CMM a permissão de alargamento do prazo inicialmente aprovado (60 dias seguidos).-----

-----Mantém-se a desconformidade com a legislação em vigor RJUE (artigos 89º e 89º-A do DL nº 136/2014) e RGEU (artigo 121º).-----

-----Provisoriamente e até à efectivação das obras de recuperação, o proprietário deve, no mínimo, demolir todas as paredes perimetrais até ao máximo de 1 metro de altura do solo, guardando no seu interior as pedras que irá reutilizar na reconstrução do imóvel, mas retirando todos os escombros não aproveitáveis ou que constituam perigo de incêndio ou de insalubridade”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade e atendendo às informações constantes no processo conceder um prazo de cento e oitenta (180) dias para a conclusão da recuperação do imóvel.-----

12.4.2.-Procº. Nº. 08/2015/03, sito na Rua Principal, em Vale de Carneiro:-----

-----Em reunião de Câmara de 15/04/2015 e na sequência de vistoria ao edifício em mau estado de conservação, sita na Rua Principal, Vale de Carneiro, Espinho, pertencente a Irene Augusta, residente na Rua Principal, nº.17, em Vale de Carneiro, 3450 – 067 Mortágua, efetuada de acordo com o preceituado na alínea w) do número 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro no qual foram peritos, o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos e o Fiscal Municipal Gilberto Simões.-----

-----Tendo em conta a determinação do artigo 89º. do Decreto – Lei número 555/99, de dezasseis de Dezembro, e posteriores alterações que comete às Câmaras competência para determinar a execução de obras necessárias e corrigir as más condições de salubridade, solidez ou segurança contra o risco de incêndios.-----

-----Considerando que nos termos do número 3, do artigo 89º. do Decreto – Lei número



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

555/99 conjugado com a alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75, de 12 de setembro, comete às Câmaras Municipais competência para ordenar, precedendo de vistoria, a demolição de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas.-----

-----Deliberou, por unanimidade e com base no disposto na alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75, de 12 de Setembro, do número, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 101º. do Código do Procedimento Administrativo, notificar o proprietário para no prazo de 15 dias se pronunciar sobre o seguinte projeto de decisão:-----

-----“A Câmara, considerando o auto de vistoria exarado no processo e que se dá aqui por integralmente reproduzido deliberou por, unanimidade notificar o proprietário do seguinte: O edificado, em claro estado de ruína, deve ser demolido no prazo máximo de 30 dias.-----

-----A zona a intervencionar deve sofrer ações posteriores de limpeza geral seguidas de carga, transporte e descarga de restos e entulhos, a depósito adequado também num prazo limite de 30 dias”.-----

-----Findo aquele prazo, a 09/05/2015, remeteu a proprietária uma carta informando a Câmara de que se encontra internada num lar de idosos em Águeda e que os seus filhos estão todos a viver fora de Vale de Carneiro, (no estrangeiro ou em outros lados) à execução do seu filho Heleno Augusto Duarte, que sozinho terá dificuldades em solucionar o assunto. Solicita assim, a dilatação do prazo para dar tempo a seus filhos que estão fora se reúnam e dêem andamento aos trabalhos de limpeza. -----

-----Informa ainda, que existe a intenção por parte dos herdeiros de reabilitar o espaço, solicitando um alargamento do prazo para cumprimento da deliberação de no mínimo de 60 dias, demolindo as paredes que eventualmente ofereçam risco para a via pública até uma altura de perfeita estabilidade e segurança, depositando as pedras no seu interior, propõe-se ainda a retirar toda a madeira e outro lixo por forma a não haver risco de incêndio, melhorando o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aspeto presente.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade conceder a prorrogação de prazo de sessenta (60) dias solicitada.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e quinze minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rocendo Paim

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----



MORTÁGUA

Horário reduzido no Centro de Saúde de Mortágua

Mortágua, 3 de Junho de 2015

Ao longo de vários anos, e resistindo a muito do que passava à nossa volta, o Centro de Saúde de Mortágua manteve um horário alargado de funcionamento.

Essa luta foi ganha pelo anterior executivo municipal socialista que ano após ano, conseguiu garantir que a saúde fosse um dos pilares básicos fundamentais na qualidade de vida das pessoas.

Com a mudança de governo e a implementação de uma lógica economicista, tem-se vindo a assistir a uma deterioração contínua e permanente do funcionamento e capacidade de assistência de qualidade do nosso Centro de Saúde.

A instabilidade total no quadro médico desde há meses, a diminuição drástica do pessoal de enfermagem, auxiliar e administrativo para níveis praticamente incompatíveis com o funcionamento normal, conduziram o Centro de Saúde de Mortágua a uma grave quebra de qualidade, apesar de todo o esforço dos profissionais que ali trabalham.

Toda esta situação tem um culpado: o Governo PSD, que na sua ânsia mórbida centralista, tenta destruir todos os serviços no interior do País, contribuindo decisivamente para a desertificação, pois sem empregos e sem serviços, nada mais resta senão aceitar o conselho do Primeiro ministro: emigrar.!

O Partido Socialista de Mortágua, com provas dadas nesta batalha da manutenção dos serviços no Concelho, opõe-se frontalmente a mais este ataque a Mortágua, pois o Centro de Saúde só não tem um funcionamento normal e de qualidade, porque o Governo PSD considera as pessoas como números estatísticos, e considera que ter direito à Saúde é um privilégio que fica muito caro.

Não é verdade! É um direito.!



Partido Socialista de Mortágua





Declaração de Voto

Ponto 8 da Ordem de Trabalhos da Reunião de Câmara de 03/06/2015

Ao longo de vários anos, fomos assistindo consecutivamente a uma redução do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Mortágua, num total desrespeito e absoluto desprezo pelos utentes e Mortaguenses em geral.

Por decisão do Governo do PS e da Sr^a Ministra da Saúde de então, Doutora Ana Jorge, o Centro de Saúde de Mortágua a partir de Outubro de 2010, viu reduzido o seu horário de funcionamento entre as 24h e as 8h, substituindo a consulta do SAP por consulta aberta.

Em 2012, ainda no executivo municipal socialista, assistimos a uma nova redução do horário de funcionamento até às 22h e a perda da ambulância do INEM, associada a uma redução do número de médicos de família no Centro de Saúde de Mortágua.

O atual executivo municipal, liderado pelo PSD, considera a saúde como um dos pilares basilares do bem estar da população do nosso concelho, mostrando o seu inconformismo, não cruzando os braços na sua luta pela resolução dos problemas no Centro de Saúde Mortágua.

Os três vereadores eleitos pelo PSD, condenam a decisão unilateral dos médicos do Centro de Saúde de Mortágua, numa nova redução do horário de funcionamento para as 20h.

Decisão essa, que só acontece por indisponibilidade de todos os médicos, à exceção da Dra. Susana Melo, em manter a consulta aberta até às 22h, mesmo sendo paga em horas extraordinárias, numa discricionariedade e abandono a que estão a votar o Centro de Saúde de Mortágua.

Não podemos deixar de manifestar o profundo desagrado pela responsabilidade política de um dos Vereadores do PS neste executivo e médico no Centro de Saúde, nesta decisão de redução do horário de funcionamento do mesmo, sem que esteja salvaguardada a garantia de uma resposta célere e de qualidade no atendimento aos utentes.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata

Paulo Alexandre Oliveira

Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos

Serafim Paulo Melo Oliveira